



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 87/SEMAD/SUPRAM ASF-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0045104/2020-09

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 3146/2020

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 20609325

PROCESSO SLA Nº: 3146/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR:

Areal Cássia Ltda

CNPJ:

71.395.057/0001-85

EMPREENDIMENTO:

Areal Cássia Ltda

CNPJ:

71.395.057/0003-47

MUNICÍPIO:

Passa Tempo -MG

ZONA:

Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:

ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):

CLASSE

CRITÉRIO LOCACIONAL

A-02-06-2

Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento.

2

0

A-05-04-6

Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Geralda Hélia Tobias da Silva

CREA: 74131-D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Lorena Thainara Diniz Assessora de Engenharia de Minas	2610-5
De acordo: Viviane Nogueira Conrado Quites Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.287.842-7



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Nogueira Conrado Quites, Diretor(a)**, em 15/10/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Thainara Diniz, Colaboradora**, em 15/10/2020, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20608828** e o código CRC **F06B5808**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS)

O empreendimento Areal Cássia Ltda, inscrito no CNPJ sob o n. 71.395.057/0003-47, localizado no município de Passa Tempo/MG, formalizou no dia 12/08/2020, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº 3146/2020, que tramita na Superintendência Regional do Alto São Francisco – Supram-ASF, para as atividades A-02-06-2: Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento, com produção bruta de 6.000 m³/ano e A-05-04-6: Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, com área útil de 0,50 ha, conforme exposto no SLA.

O empreendimento possui porte pequeno e potencial poluidor/degradador médio, o que o classifica como classe 2, sem incidência de critério locacional, justificando adoção do procedimento simplificado. E, conforme informado no RAS, a fase das atividades é de “operação” “a iniciar”, em regime de 08 horas/dia, durante 05 dias/semana, com um total de 10 funcionários.

O Areal Cássia Ltda é a titular/requerente da poligonal ANM 832.043/2013, para a realização de trabalhos inerentes ao bem mineral gnaiss, em fase de requerimento de lavra.

O Relatório Ambiental Simplificado foi devidamente instruído de ART e CTF/AIDA (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, consoante preconiza a IN Ibama n. 10/2013, a Resolução do Conama n. 01/1988 e o art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981) da responsável técnica pelas informações prestadas no documento, Geralda Hélia Tobias da Silva.

O empreendimento detém o certificado de regularidade válido, sob n. 7617566, no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com esboço na Instrução Normativa do Ibama n. 06/2013 e art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981.

Cabe informar que foi anexado ao processo a Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Passa Tempo/MG, no dia 17/06/2020, pela qual atesta a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

Como principais impactos ambientais inerentes às atividades, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, bem como emissão de ruídos.

No empreendimento serão gerados efluentes líquidos sanitários, oleosos e do corte da rocha. Para receber os efluentes líquidos sanitários, oriundos das instalações sanitárias e do refeitório, a empresa fará uso de um sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, a ser instalado no ponto de coordenada 548.327 / 7.727.606.



O empreendimento contará com uma oficina mecânica, com piso impermeabilizado, sistema de drenagem oleosa, sistema de tratamento (Sistema Separador de Água e Óleo – SSAO) e cobertura da área. Os efluentes oleosos, originados nas atividades realizadas na oficina mecânica, como manutenção de máquinas, equipamentos e veículos, lavagem de peças, trocas de óleo, pequenos reparos, dentre outras, serão direcionados para a Caixa Separadora de Água e Óleo – CSAO, por meio de canaletas. A CSAO será instalada nas coordenadas 548271 / 7727615.

Já os efluentes gerados pelo resfriamento dos fios diamantados no corte da rocha, serão direcionando até uma bacia de decantação, através de canaletas escavadas em solo, onde o material sólido sedimenta e a água é recirculada. A limpeza e manutenção da bacia de decantação é realizada por uma escavadeira, e o material fino será disposto na pilha de estéril/rejeito.

As emissões atmosféricas e os ruídos estão relacionados com a emissão de gases veiculares, do tráfego de veículos e máquinas e da própria operação da mineração. Foi descrito no RAS, que estes impactos seriam controlados através da manutenção preventiva das máquinas e equipamentos e umectação das vias. Além disso, o empreendimento irá realizar a pavimentação (encascalhamento) de um trecho de 0,72 km nos limites da área de influência direta do empreendimento, tendo em vista a redução do consumo de água para aspersão de vias.

Os resíduos sólidos que são gerados no empreendimento foram classificados de acordo com a ABNT NBR 10.004, classe I e II-A, e foi apresentado uma tabela de disposição dos resíduos na área do empreendimento, bem como foi informado a destinação final. Salienta-se que é de responsabilidade do empreendedor contratar serviços terceirizados, receber matérias primas e destinar resíduos sólidos somente à empresas licenciadas ambientalmente, devendo manter no empreendimento cópia da documentação comprobatória da regularidade ambiental das empresas destinatárias.

Segundo descrito no RAS, a lavra é realizada a céu aberto, desenvolvida no maciço rochoso em bancadas de 6 metros de altura, podendo, ocasionalmente ter bancadas mais baixas. A técnica de corte da rocha se dá pela combinação do corte contínuo com fio diamantado no plano horizontal e vertical, e do corte em costura com a utilização de perfuratrizes pneumáticas para abertura dos furos e cunhas de pressão. A lavra será realizada no terço inferior da encosta, iniciando-se no entorno do ponto de coordenadas geográficas latitude 20°33'0,43"S e longitude 44°32'7,36"O.

Foi informado pelo empreendedor que o local onde será realizada a lavra é um “pasto sujo”, não havendo necessidade de supressão. Ressalta-se que esta licença **não** prevê nenhum tipo de supressão vegetal.



A lavra está planejada para uma produção média mensal de 100 m³ de granito comercializáveis e um aproveitamento de lavra de 20%, correspondendo a 1.200,00 m³/ano de material útil a ser desmontado, ou seja, 6.000,00 m³/ano de rocha bruta, de acordo com o RAS.

Os blocos obtidos serão estocados ao ar livre, para posterior carregamento e transporte. Já o material estéril decorrente da retirada do capeamento da lavra e os rejeitos (blocos irregulares ou “pontas”) gerados durante a atividade de extração serão dispostos controladamente em pilha. O local da deposição controlada, situado no entorno do ponto de coordenadas UTM SIRGAS 2000 fuso 23K X 548.440,36 Y 7.727.637,76 foi escolhido levando em consideração as características morfológicas, geológicas, da vegetação e fauna locais.

A produção mensal de estéril está estimada em 80% do extraído, em torno de 400 m³/mês. Este será acomodados no depósito de forma controlada, escalonada e ascendente, mediante construção de bancadas sobrepostas, a operação de deposição é realizada de maneira constante, ocupando uma área de 0,50 ha.

Quanto ao consumo de água no empreendimento, este apresentou balanço hídrico condizente com a Certidão de Uso Insignificante nº 196576/2020, de 19/06/2020, com validade de 3 anos, para captação d'água superficial, no afluente do rio Pará, no ponto de coordenada geográfica 20°33'46,88"S / 44°32'22,15"W, para fins de aspersão de vias, consumo industrial, consumo humano.

Porém, foi informado na declaração realizada no SLA, que não teria intervenção ambiental, e se tratando de captação superficial, é necessário a apresentação do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente – DAIA, emitido previamente pelo IEF, conforme diretrizes da DN 217/2017:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS. (grifo nosso)

Na intenção de oportunizar o empreendedor, foi enviada no dia 22/09/2020 um pedido de informação complementar, solicitando que fosse apresentado o DAIA referente a intervenção ambiental de captação superficial ou uma nova alternativa para suprir o consumo hídrico no empreendimento.

Em resposta, oficializada via SLA no dia 30/09/2020, foi apresentada a proposta de captação por meio de poço manual (cisterna), a ser implantado próximo às instalações de apoio, porém visto que o empreendimento encontra-se em fase de operação a iniciar, foi solicitado novamente uma IC, comprovando a implantação do poço manual.

Por meio do SLA, no dia 09/10/2020, foi apresentado o relatório fotográfico do poço manual implantado, referente a Certidão de Uso Insignificante nº 221527/2020, de 09/10/2020, com validade de 3 anos, para Captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna), com a profundidade de 05 metros, no ponto de coordenadas geográficas 20° 32' 56,59"S/ 44° 32' 11,52"W, para fins de aspersão de vias, consumo industrial e consumo humano, sendo considerada a alternativa de suprir o consumo hídrico satisfatória.

Além da nova alternativa de para suprir o consumo hídrico, o mesmo foi readequado as condições do empreendimento, conforme esquema abaixo, sendo considerado favorável as justificativas.

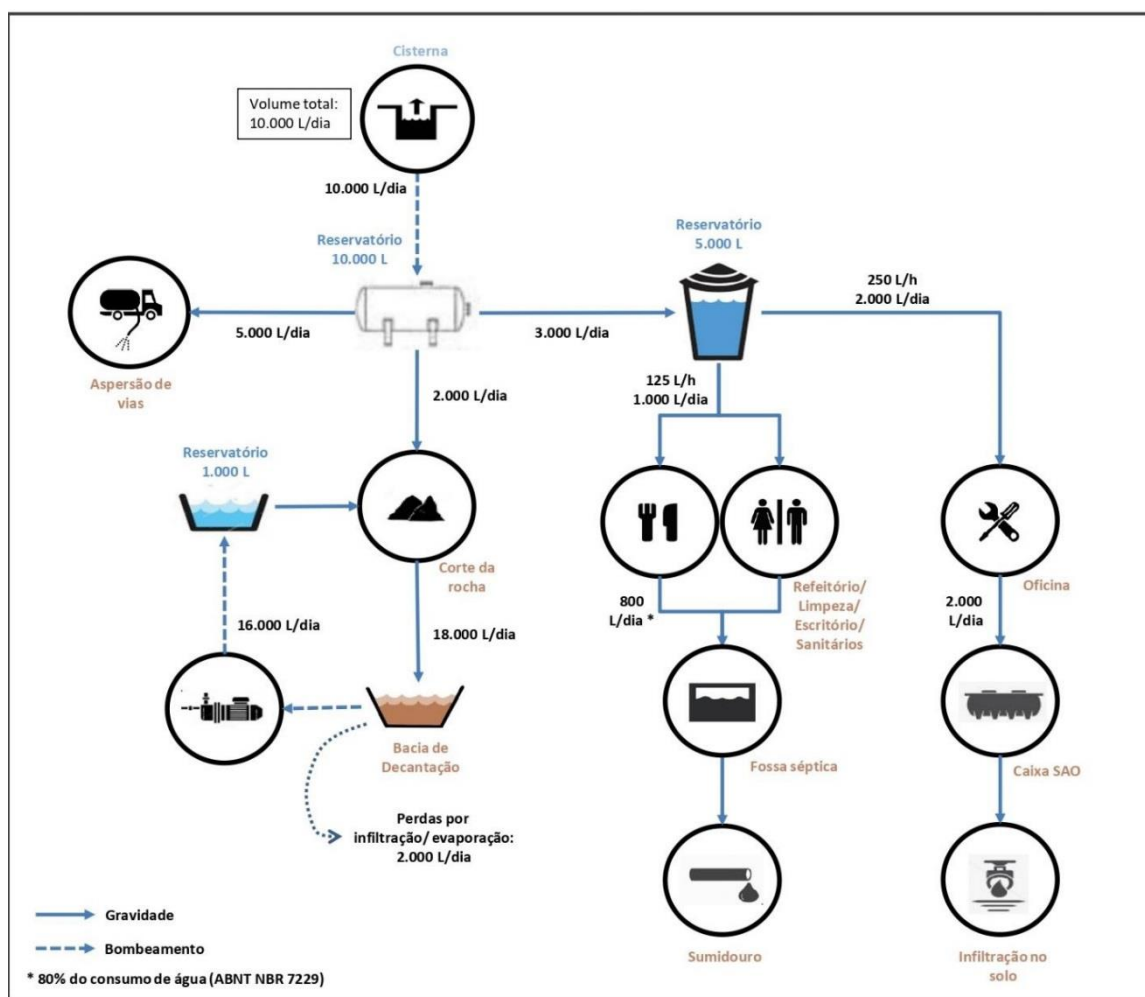


Figura 1: Esquema do consumo hídrico no empreendimento Areal Cassia Ltda.



O imóvel rural, cuja a área é de 90,00 ha, denominado Vargem Grande, pertence à Vanderci Eustáquio do Prado, registrado na matrícula n. 1.795, livro 2D, folha 452 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa Tempo/MG.

Foi apresentado o Recibo de Inscrição no CAR, sob o n. MG-3147709-D3513D7DC0344EAD88DF9289F013B8E0, sendo declarada uma área de Reserva Legal de 18,5345 ha, contemplando os 20% exigidos por lei. Cabe frisar que não foi possível a averiguação das informações declaradas no CAR com o Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas e com o mapa de averbação do cartório, uma vez que estes não foram apresentados.

Por se tratar de um imóvel de terceiros, foi apresentado uma autorização, registrada em cartório, na qual o sr. Vanderci Eustáquio do Prado e sua esposa sra. Maria Helena Prado, autorizam a empresa Areal Cássia Ltda a extrair em sua propriedade.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA e demais documentos anexados, sugere-se o Deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Areal Cássia Ltda para as atividades A-02-06-2: Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento, com produção bruta de 6.000 m³/ano e A-05-04-6: Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, com área útil de 0,50 ha, descritas na DN COPAM 217/2017, localizado no município de Passa Tempo/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento

Areal Cássia Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório fotográfico e descritivo comprovando a implantação do sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.	90 dias
02	Apresentar relatório fotográfico e descritivo comprovando a implantação oficina mecânica, que deverá ser coberta, composta por área impermeabilizada e com canaletas de contenção em todo o seu redor, interligadas à CSAO.	90 dias
03	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.
04	Manter a aspersão de água nas vias conforme necessidade, com vistas a evitar emissões de particulados significativas.	Durante a vigência da Licença.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento

V&M MINERADORA LTDA.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários.	Temperatura, pH, materiais sedimentáveis, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, DBO, DQO, substâncias tensoativas que reagem com o azul de metileno e sólidos em suspensão totais.	<u>Semestral</u>
Na entrada e saída da CSAO.	pH, materiais sedimentáveis, óleos minerais, DBO, DQO, substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno, sólidos em suspensão totais.	<u>Semestral</u>

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada da ETE (efluente bruto) e na saída do filtro anaeróbico (efluentes tratado), antes do lançamento em sumidouro.

Relatórios: Enviar **anualmente** à SUPRAM-ASF até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos sólidos e rejeitos

2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- | | |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização | 6 - Co-processamento |
| 2 – Reciclagem | 7 - Aplicação no solo |
| 3 - Aterro sanitário | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar) |
| 5 - Incineração | |

OBSERVAÇÕES

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.